



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Relatório de Audiência

Dia: 10 de dezembro de 2014

Hora: 10h00

N.º 135/XII (4.ª)

ENTIDADE: Associação Nacional dos Centros de Cultura e Desporto da Segurança Social (ANCCD), representada por Vítor Manuel Duarte Santos (Presidente da ANCCD) e por Ivete Sabina Silva Jesus Dias (Tesoureira da ANCCD)

ASSUNTO: Cooperação estabelecida entre o Estado e os Centros de Cultura e Desporto da Segurança Social

Recebida pelos Senhores Deputados Maria das Mercês Borges e Teresa Costa Santos (PSD), Nuno Sá (PS), Artur Rêgo (CDS-PP), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE)

Os requerentes da audiência, que foi gravada em suporte áudio e pode ser consultada no seguinte link: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudiencia.aspx?BID=98700>, vieram transmitir as dificuldades com que se têm deparado, melhor explicitadas no pedido escrito de audiência, motivadas pelo facto de o Governo ainda ter publicado o despacho ministerial previsto no decreto-lei de execução orçamental para o ano de 2014, situação que está a criar graves problemas de gestão às associações, algumas das quais já foram obrigadas a despedir trabalhadores. Fizeram igualmente saber que os Centros de Cultura e Desporto não receberam os 10% relativos à regularização do apoio previsto para o ano de 2013.

Interveio em primeiro lugar a Senhora Deputada Teresa Costa Santos (PSD) que, tendo cumprimentado os representantes da ANCCD, informou que os Deputados do GP do PSD estão sensibilizados para as dificuldades evidenciadas, atendendo ao objetivo dos Centros de Cultura e Desporto proporcionarem bem-estar aos associados. Referiu-se a um parecer do Tribunal de Contas segundo o qual não deveria haver financiamento direto a este tipo de associações e quis saber que outro tipo de receitas tem a ANCCD. Propôs que a Comissão diligenciasse a obtenção de esclarecimentos junto da tutela.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) cumprimentou os requerentes da audiência e confirmou já os ter recebido no grupo parlamentar. Sugeriu que, havendo consenso, fosse questionado o Governo, mais concretamente o Ministro da tutela, para a Comissão inteirar-se do que está a justificar o atraso na transferência de verbas, salientando que a Associação assumiu compromissos com base no

que era habitual e de boa-fé.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) informou já ter reunido com representantes da Associação e corroborou o papel importante que os centros de cultura e desporto desempenham. Associou-se à proposta de pedido de esclarecimentos ao Governo.

Também o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) cumprimentou os representantes da Associação. Considerou positiva a sugestão de questionar o Governo, até porque, em sua opinião, não se compreende esta quebra de confiança repentina, que tem consequências importantes e põe em causa, designadamente, postos de trabalho e pagamento de salários.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) informou já ter recebido representantes da Associação no respetivo Grupo Parlamentar. Também propôs o envio do relatório da audiência ao Governo e esclareceu que o seu Grupo Parlamentar está a desenvolver diligências junto do Executivo relativamente à verba em falta e a tentar perceber como irá posicionar-se o Governo para futuro, porque é importante saber com o que se pode contar.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) quis saber qual é o montante em causa e qual é o valor do orçamento.

Na resposta dada, os representantes da ANCCD esclareceram que, relativamente ao parecer do Tribunal de Contas, a que a Deputada Teresa Costa Santos aludiu, a questão, que foi levantada em 2009, está ultrapassada na medida em que não estão em causa os apoios concedidos aos Centros de Cultura e Desporto mas a norma habilitante para o fazer, ou seja, não é suficiente a figura do despacho ministerial. Daí que o Governo tenha estabelecido entretanto outros mecanismos, designadamente em sede de decreto-lei de execução orçamental.

Esclareceu que o apoio financeiro do Estado às associações é na ordem dos 35 a 40% do respetivo orçamento. Em 2009, foi de 3.141.000 €; em 2013 de 943.000 €. Para a regularização do ano de 2013 está em causa uma verba de aproximadamente 10% daquele valor que deveria ter sido paga nos primeiros meses de 2014 mas que o não foi. Para 2014 está em causa uma verba idêntica porque o apoio financeiro atribuído varia em função de duas realidades: uma, o número de trabalhadores dos institutos, que tem vindo a reduzir-se, e de uma verba global que é atribuída proporcionalmente segundo a massa de trabalhadores de cada centro para atividades.

Prosseguiu dizendo que as receitas das associações são constituídas pelas quotizações cobradas (que são de 1, 2€ mensais por cada associado) e pelo valor pago pelos trabalhadores quando participam em determinadas atividades.



Disse que já colocaram aquela questão quer ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social quer ao Secretário de Estado da Solidariedade e de Segurança Social, lembrando que o que urge resolver no momento presente é a forma de pagar os compromissos do passado.

Em síntese, foi acordado remeter o presente relatório de audiência ao Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social para obter a posição daquele membro do Governo a respeito da matéria nele exposta e esclarecer a Comissão Parlamentar de Segurança Social e Trabalho.

Palácio de São Bento, em 10 de fevereiro de 2015.

A Deputada,

(Maria das Mercês Borges)

